

Gostaríamos que outras emendas tivessem sido colocadas. Gostaríamos inclusive que houvesse a repetição da lei federal no texto da lei estadual.

Infelizmente, não há consenso entre os líderes para que possamos fazer isso, mas entendemos que é um grande ganho para a agricultura do estado de São Paulo, para os nossos pequenos agricultores, para aqueles trabalhadores que dedicam a vida no sol quente para produzir alimentos para nós, população do estado de São Paulo. Que eles tenham garantia de recurso para que possam ter financiamentos que são imprescindíveis para a continuidade.

Vou deixar muito claro dizendo que, apesar de esses recursos estarem disponíveis para a Seap, eles não são suficientes, são extremamente insuficientes para a necessidade que os nossos agricultores familiares têm, na perspectiva de construir uma agricultura familiar mais sustentável para poder participar dos programas do governo federal como o PAA, como o Pnae. A produção, o incentivo à produção agrícola no estado de São Paulo precisa sim de recursos.

Também compreendemos ser importante a destinação de recursos ao Sistema Previdenciário, mas entendemos que deveria haver um aporte muito maior no orçamento do estado de São Paulo para que pudéssemos ter o fortalecimento da agricultura familiar, da agricultura dos médios produtores para o desenvolvimento e o crescimento do estado de São Paulo, na perspectiva de uma alimentação saudável, na perspectiva de uma alimentação e de uma agricultura que atenda, de fato, os interesses da nossa população.

Lembro, inclusive, que é muito importante que façamos um debate a respeito da não utilização de agrotóxicos em nossas lavouras, tendo em vista o fato de que há comprovações médicas, por estudos científicos, de que agrotóxico, em uso excessivo, causa câncer. Hoje nós temos muitas pessoas, muitas famílias perdendo seus entes queridos por causa da doença que, segundo muitos trabalhos científicos, é causada a partir do consumo de alimentos com agrotóxicos.

Esse é um assunto que nos apaixonou, é um assunto que entendemos ser extremamente importante para mantermos a agricultura familiar com qualidade. A destinação de parte de recursos para a Seap é fundamental. O acordo de líderes é extremamente importante para que possamos desenvolver a agricultura do estado de São Paulo.

Muito obrigada.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de indicar o deputado Raul Marcelo para encaminhar em nome da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - O pedido de V. Exa. é regimental. Para encaminhar a votação pela Minoria, tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Agradeço à deputada Beth Sahão, líder da Minoria da Casa, deputada sempre atenta às questões das mulheres, a indicação. É motivo de orgulho poder atuar no Parlamento ao seu lado. Muito obrigado pela indicação para poder falar em nome da Minoria.

Faço questão de ler o artigo do projeto, porque a previsão é que, daqui alguns anos, o montante de recursos do pré-sal, que são os royalties para São Paulo, vai chegar perto de dois bilhões e meio de reais. Só para se ter uma ideia, é o orçamento da Unicamp. Aliás, é o orçamento da cidade de Sorocaba em royalties que, daqui alguns anos, o governo vai receber. Dois bilhões e meio de reais. Não são dois mil e quinhentos reais, não são quinze milhões de reais, duzentos e cinquenta milhões, são dois bilhões e meio. Dá para fazer uma nova Unicamp, dá para pegar a região do Vale do Ribeira e transformar o que hoje é a região mais atrasada, do ponto de vista econômico, do estado em um polo tecnológico do estado de São Paulo. Dá para fazer uma revolução em alguma região do estado. Dois bilhões e meio, deputado Luiz Fernando.

Deputado Luiz Fernando foi deputado federal, discutiui a destinação, em Brasília, com certeza, dos royalties do petróleo para Educação. A nossa preocupação, deputado, que é vizinho da minha cidade - V. Exa. é de Jundiái e eu sou de Sorocaba -, é a seguinte: o que diz o Art. 1º do projeto do governo? Diz que "o Fundo com Finalidade Previdenciária, previsto na Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, passa a contar com recursos constituídos pela participação no resultado ou compensação financeira devida ao Estado, por força do § 1º do artigo 20 da Constituição Federal, pela exploração de petróleo e gás natural, neles compreendido o produto da cessão onerosa dos respectivos créditos vincendos, excluídas a parcela destinada aos municípios, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e as parcelas destinadas às áreas de Educação e Saúde, nos termos do inciso II do artigo 2º da Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013."

Então, o Art. 1º do projeto do Governo diz o seguinte: dos royalties do petróleo, excluída a parcela que vai para a Saúde, para a Educação e para os municípios, o restante ele quer aplicar na São Paulo Previdência, para fazer frente a um rombo que é histórico, porque o Governo, até 2007, nunca fez a sua contrapartida. Esse é um ponto.

Não entendi porque o Governo não aceitou a emenda. Nem é uma emenda da nossa bancada. É uma emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores. Quando chegou a este parlamentar o projeto, eu vi que já existia essa emenda. O importante é o mérito. Nós não fizemos uma emenda igual. Falei: "Bom, já há a emenda. Então, nós vamos seguir na defesa dessa emenda." A emenda, que é a de nº 3, diz o seguinte: "Os recursos a serem destinados para o Fundo com Finalidade Previdenciária decorrentes da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural não poderão ser contabilizados no mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal para gastos com as áreas de Educação e Saúde." Atendem para isso, Srs. Deputados, pois é importante.

Deputado Antonio Salim Curiati, sempre vi V. Exa. pregando em defesa da Saúde. A Saúde tem a previsão mínima constitucional. O dinheiro dos royalties do petróleo vai chegar logo mais - dois bilhões e meio de reais. Pode aumentar, se o petróleo no mercado internacional se valorizar - e vai se valorizar, porque é um recurso finito. Existe hoje toda uma indústria, desde a sacolinha plástica até o disco de música, sem contar o combustível de carro, que deriva do petróleo.

Pois bem, daqui a alguns anos esse valor pode passar de dois bilhões e meio. O Governo pode colocar esse dinheiro novo, que é fruto do trabalho de engenheiros brasileiros, dentro do mínimo. Então, em vez de nós termos dinheiro novo para a Educação e para a Saúde, o Governo vai pegar o dinheiro do pré-sal e vai pôr nos 30% - que já são obrigatoriamente gastos com Educação. Se o Governo fizer isso, nós vamos perder a oportunidade de ouro de colocar mais recursos nessas áreas que são importantes.

Deputado Antonio Salim Curiati, V. Exa. conhece o Hospital Regional de Sorocaba. Está com déficit de mil funcionários. Fui conversar com o diretor e professor da PUC, faculdade anexa ao conjunto hospitalar de Sorocaba. O cidadão está, inclusive, até preocupado com a Saúde. Ele falou: "Raul, nós estamos, aqui, com déficit de mil funcionários. Estamos em um hospital de guerra. As pessoas estão nas macas, aqui."

Ao não aceitar emenda, na minha avaliação, ficou claro e cristalino que o Governo quer fazer aí uma contabilidade diversa daquela conquistada no Congresso Nacional, para que o dinheiro do pré-sal venha como dinheiro novo para a Educação. O Governo quer pegar o dinheiro do pré-sal e pôr nos 30% da Educação. Vai, inclusive, se desonerar de investir na Educação.

Hoje, o Orçamento da Ciência e Tecnologia está em 42 bilhões. Se vierem 500 milhões a mais, ele vai tirar 500 milhões da Educação, vai pôr o dinheiro do pré-sal no lugar, vai pegar esses 500 milhões de reais e vai fazer sabe-se lá o quê.

Deputado Barros Munhoz, essa é a preocupação. Por que não aceitar essa emenda? Eu achei que era uma emenda tão clara. Dizem: "Ah, mas nós não podemos repetir lei federal." Meu Deus do céu! A Constituição do Estado de São Paulo é cópia da Constituição Federal.

Dá para citar nos dedos de uma mão os dispositivos que são diferentes. Vou citar um: que é 1% de ICMS para a CDHU fazer casas populares. Outro trata do número de deputados que temos aqui na Casa. É um ou outro dispositivo. A Constituição do Estado é cópia da Constituição Federal e até hoje não vi ninguém dizer que isso aí é um problema.

Não é - até porque o pacto federativo nosso tem que ter harmonia entre os entes da Federação. Se pegarmos as leis orgânicas municipais, veremos que todas elas estão em consonância com a Constituição Federal e com a Constituição Estadual. Então, não há problema nenhum nós repetirmos aqui, para garantir esse dinheiro, que é fruto do trabalho do povo brasileiro, da descoberta dessa riqueza importante.

Não façamos a mesma repetição histórica de termos uma riqueza imensa, essa riqueza ser diluída, enriquecer alguns, e o Brasil continuar sem avançar na distribuição de renda.

O Brasil já teve várias riquezas. Acabei de ler o livro da professora de história da USP, Lília Schwarcz, "Brasil, uma biografia" - um livro de 500 páginas que, aliás, recomendo, pois vale a pena. O Brasil teve o ciclo do pau-brasil, que enriqueceu muita gente na Europa e algumas famílias no Brasil. Fruto disso foi a escravidão dos nossos indígenas e dos africanos que foram trazidos para cá para carregar nas costas o pau-brasil até o litoral para exportação.

O Brasil teve também o ciclo da cana-de-açúcar. Pernambuco chegou a ser o centro mundial da economia, com a exportação do açúcar a peso de ouro. Hoje vemos as favelas de Recife, com um dos maiores índices de criminalidade do mundo. Houve ainda o ciclo da borracha, o ciclo do cacau, o ciclo do café, e agora temos o pré-sal.

Para que o pré-sal não seja mais um ciclo que enriquecerá apenas alguns, o Congresso Nacional, depois de muita pressão, aprovou a inclusão de uma parcela - não é a totalidade - dos recursos dos royalties do pré-sal na Saúde e na Educação. Com isso, poderíamos melhorar a vida do povo que vai ao hospital público, para que as escolas possam ter no mínimo uma quadra coberta, para que o professor possa ganhar um pouco mais do que R\$ 10,00 por hora.

Aliás, o professor deveria ganhar muito mais, deveria ganhar como ganham os burocratas da administração do Executivo, que têm nível superior e ganham 5 a 6 vezes mais que um professor, que também tem nível superior. Deveríamos ter uma equiparação salarial entre as carreiras que tem nível superior no estado.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a minha preocupação. Assumi o compromisso de campanha de defender, nesta Casa, de forma ativa e até as últimas consequências, a Saúde e a Educação. Quero dizer ao líder do Governo, deputado Cauê Macris, que, para aprovar o dinheiro do pré-sal sem garantir que seja adicional dos 30%, o governo terá que ter o número regimental para aprovação, porque eu e o deputado Carlos Giannazi, que também é um defensor da Educação, usaremos todos os instrumentos regimentais para impedir.

Não fazemos isso para dificultar a vida do governo não, pois, se o governo aceitasse a emenda, o projeto já teria sido aprovado. Quero dizer ao deputado Barros Munhoz que este deputado nem faria encaminhamento, porque haveria a salvaguarda. No entanto, ao não aceitar a emenda - que nem é nossa, eu repito -, o governo me dá o direito de dizer o que vai acontecer nos próximos anos, e quero deixar registrado nos Anais desta Casa. O governo vai pegar o recurso do pré-sal e vai contabilizar dentro dos 30%. Então nós vamos entrar na Justiça, a Apeoesp vai entrar na Justiça, a Adusp vai entrar na Justiça, o Ministério Público vai entrar na Justiça, e chegará ao Supremo daqui a 10 anos.

Daqui a 10 anos o Supremo dirá que o dinheiro deveria ser adicional, mas daqui a 10 anos o Geraldo Alckmin não será mais governador, sabe-se lá quem estará à frente do Governo do Estado de São Paulo. E vamos continuar com essa falta de recursos generalizada nas áreas da Saúde e da Educação.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que, em nossa opinião, essa emenda poderia ser aprovada com tranquilidade. Se não foi, infelizmente é porque há alguma coisa nisso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo trabalho de articulação muito bem conduzido para a formulação dessa emenda aglutinativa que contempla as garantias ao Feap.

Em segundo lugar, quero dizer que tenho a honra e o orgulho de ter, em 1992, como secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, colaborado na elaboração da Lei nº 7964, que alterou a Lei nº 5444, de novembro de 1959, e que atualizou o Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca. Naquele tempo longínquo nós já nos preocupávamos com a pesca no estado de São Paulo.

Portanto, fico feliz por ter um exemplar dessa lei e ver escrito nela "José Antonio Barros Munhoz, secretário da Agricultura e Abastecimento."

Fico muito orgulhoso e feliz por ter vivido esse momento. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, não vou citar nomes, mas vários deputados têm parentes ou amigos que estão usando aquele medicamento de São Carlos na tentativa de cura e o resultado está sendo positivo. Não se sabe se realmente é a cabeça da pessoa que está trabalhando isso ou não, mas é muita gente que está alcançando a cura com esse composto.

Fiz o pedido de uma CPI ao presidente desta Casa. Tinha certeza de que estaria a favor pela dignidade, pela independência que tem. E o presidente se colocou a favor.

A vida humana para mim e para todos nós, tenho certeza, é o bem mais importante que cada um possui.

Vamos pegar o exemplo de uma família que tem uma pessoa idosa ou um jovem com câncer e tem toda uma estrutura. Mas falam: Não. Você não vai dar esse remédio para o seu filho ou para o seu pai ou seu avô!

- Mas é uma esperança!

- Não. Você não tem esse direito.

Então, toda essa burocracia que existe, que está levando tristeza para muitos lares, nós queremos quebrar.

Está feito o pedido da CPI. A nossa consciência deve estar acima de outras coisas, de outros compromissos. Tenho certeza de que os deputados desta Casa pensam da mesma forma e para esta Casa vai ser muito importante a sua aprovação, não apenas a aprovação, mas talvez um acordo político porque existem comissões que não estão funcionando e que não são tão necessárias.Esta que estamos apresentando é extremamente necessária.

Se alguém de nós tiver um ente querido à beira da morte com grande sofrimento, um dia vai entender que eu tinha razão.

Peço a sensibilidade e o carinho de todos os colegas para com as pessoas que precisam desse tratamento.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - Em votação o item 1do roteiro: projeto salvo emendas. (Pausa.) Aprovado. O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - DAVI ZAIA - PPS - O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários como "não".

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Capez.

\*\*\*

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PSD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ATILA JACOMUSSI - PCdoB - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, para informar que o Democratas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do DEM.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, para informar que o SD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do SD.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, para informar que o PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do PT.

O SR. MARCOS NEVES - PV - Sr. Presidente, para registrar a obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a obstrução da bancada do PV.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, subscrevo a declaração de voto que será apresentada posteriormente, já declarada pelo deputado João Paulo Rillo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a comunicação do nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, registro a obstrução do partido do PSC em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a obstrução da bancada do PSC.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Sr. Presidente, comunico que irei entregar uma declaração de voto, por escrito, dos seguintes deputados: Raul Marcelo, Carlos Neder, Carlos Giannazi e João Paulo Rillo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a comunicação do nobre deputado João Paulo Rillo.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Nós apresentamos duas emendas importantes no que tange a agricultura e a educação. Infelizmente, esse projeto deixa dúvidas sobre a sua constitucionalidade. Faremos declaração de voto favorável às emendas que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 68 Srs. Deputados: 64 votaram "sim" e este deputado não participou. O resultado foi a seguinte: 64 a favor e 4 contra. O projeto de lei nº 1133, de 2015.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de agradecer a todos os deputados que participaram desse processo de votação. É muito importante a aprovação desse projeto que suplementa o recurso do fundo da SPPrev, que é o fundo de previdência do funcionalismo público do Estado, agora acrescido dos recursos dos royalties do petróleo.

Quero cumprimentar o governador Geraldo Alckmin, pela decisão e os deputados desta Casa que participaram, efetivamente, dessa construção, principalmente do ponto de vista da questão agrária em relação à inclusão do recurso do Feap dentro desse projeto.

Agradeço ao secretário da Fazenda que esteve com a gente hoje fazendo uma reunião para garantir esse investimento do Feap dentro desse projeto que é fundamental para o funcionalismo público e para o futuro da previdência estadual do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação a emenda aglutinativa. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Gostaria de declarar voto favorável à emenda 3 do Partido dos Trabalhadores, que foi rejeitada.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Também gostaria de declarar voto favorável à emenda 3 apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, que foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em votação as demais emendas. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - PARA COMUNICAÇÃO - Quero agradecer aos deputados desta Casa, aos líderes, ao líder do Governo, o encaminhamento e a possibilidade de aprovação da emenda aglutinativa que garantiu os recursos para o Feap, que é um programa importante para a agricultura do estado de São Paulo.

Toda vez que essa Casa discute os projetos, é possível avançar e melhorar - e foi isso que os deputados fizeram nessas últimas semanas.

Quero agradecer a todos e ao líder do Governo, que trouxe o secretário da Fazenda para que pudéssemos discutir e, com isso, avançar e melhorar o projeto que tinha vindo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea d, da XIV Consolidação do Regimento Interno, esta Presidência convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para hoje, cinco minutos após o término desta sessão, com a finalidade de se apreciar a seguinte matéria em regime de urgência: Projeto de lei Complementar nº 34, de 2015, de autoria do nobre deputado Pedro Tobias.

Esta Presidência, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 64a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 22/10/15.

\*\*\*

O SR. JOOJI HATO - PMDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.

\*\*\*

## 21 DE OUTUBRO DE 2015 64ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidente: FERNANDO CAPEZ**

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 751/06.

2 - BETH SAHÃO

Solicita a suspensão da sessão por dois minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h08min, reabrindo-a às 19h09min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 751/06.

4 - BETH SAHÃO

Para comunicação, presta homenagem à ex-deputada Maria Lúcia Prandi, falecida recentemente. Comemora a aprovação do PL 751/06, de autoria da ex-parlamentar.

5 - PAULO CORREA JR

Para comunicação, parabeniza a iniciativa de deliberação da matéria em tela. Tece elogios ao histórico profissional de Maria Lúcia Prandi. Ressalta o legado deixado na política pela ex-deputada.

6 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, elogia a aprovação do projeto de lei da ex-deputada Maria Lúcia Prandi, a quem enaltece.

7 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, agradece a aprovação do projeto de lei de autoria da ex-deputada Maria Lúcia Prandi, a quem tece elogios. Manifesta pesar pelo seu falecimento.

8 - JOSÉ ZICO PRADO

Para comunicação, recorda sua convivência com Maria Lúcia Prandi. Demonstra admiração pela ex-deputada.

9 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, lembra-se saudosamente de Maria Lúcia Prandi. Destaca o papel da ex-deputada na luta pela participação da mulher na política do País. Lembra a Campanha do Laço Branco, que tem por objetivo sensibilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher.

10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Presta homenagem em memória à ex-deputada Maria Lúcia Prandi. Destaca a importância do projeto de lei de autoria da ex-parlamentar. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1432/14.

11 - DAVI ZAIA

Para comunicação, agradece a seus pares pela aprovação do projeto de lei de sua autoria. Acrescenta que a medida deve trazer maiores garantias e vantagens aos servidores do Estado em relação às cooperativas de crédito. Lamenta a morte da ex-deputada Maria Lúcia Prandi.

12 - BARROS MUNHOZ

Para comunicação, destaca a importância da aprovação da matéria para o fortalecimento do setor de cooperativismo de crédito.

13 - TEONILIO BARBA

Para comunicação, incentiva o modelo de cooperativismo de crédito no Estado. Considera que o sistema traz benefícios aos associados. Cita plano do governo Lula de conteúdo similar.

14 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, parabeniza o deputado Davi Zaia pela aprovação do PL 1432/14.

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Encerra a sessão.

\*\*\*

- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pela nobre deputada Beth Sahão e suspende a sessão por dois minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 19 horas e oito minutos, a sessão é a sessão é reaberta às 19 horas e nove minutos.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 751, de 2006, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Institui a "Semana Estadual de Incentivo à Saúde Mamária". Pareceres nºs 311 e 312, de 2007, respectivamente, da Comissão de Justiça e do Congresso das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, não poderia deixar de ocupar este espaço para fazer uma referência a nossa querida deputado Maria Lúcia Prandi, que faleceu há uma semana.

Tivemos a oportunidade de conviver com ela nesta Casa, de acompanhar seu trabalho, um trabalho brilhante de uma deputada íntegra, competente e comprometida com os reais interesses da população.

Quando eu ainda nem estava aqui, havia aquelas avaliações do Diap e a Maria Lúcia nunca deixou de ser deputada nota dez. Sempre tirou nota dez. Hoje, no Colégio de Líderes, foi apresentada a proposta de trazermos para o plenário um projeto de autoria de nossa querida deputada Maria Lúcia, que institui a semana estadual do incentivo à saúde mamária, a ser realizada anualmente no âmbito do estado de São Paulo, aproveitando inclusive o "outubro rosa" que estamos vivendo.

O nobre deputado Barros Munhoz está aqui. Ele conviveu muito com a deputada Maria Lúcia e acho extremamente oportuno, esteja a Maria Lúcia onde ela estiver. Tive a tristeza de ir até a cidade de Santos para me despedir dela na semana passada, mas tenho certeza de que ela vai ficar muito feliz, até porque estamos conseguindo aprovar o projeto na sua íntegra.

Quero fazer um apelo para que o governo, em nome da memória da Maria Lúcia, não desfigure esse projeto. Mantenha esse projeto da forma como ele foi apresentado originalmente. A Maria Lúcia é uma mulher que lutou muito pelos direitos das mulheres, pela Saúde das mulheres, lutou muito pela Educação.